
ISSN 1678-2593

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

Prim@ Facie

DIREITO, HISTÓRIA E POLÍTICA

Edição Temática
Retórica, Argumentação e Direito

v. 10, n. 19, jul-dez, 2011

João Pessoa – PB

Prim@ Facie	João Pessoa	v. 10	n. 19	p. 01 – 194	2011
--------------------	-------------	--------------	--------------	--------------------	-------------

Editor Geral: Prof. Dr. José Ernesto Pimentel Filho

Prim@ Facie

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

REITOR

Rômulo Polari

VICE-REITORA

Maria Yara Mattos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Isaac Medeiros

DIRETOR DO CCJ/UFPB

Eduardo Ramalho Rabenhorst, UFPB, Brasil

VICE-DIRETOR DO CCJ/UFPB

Maria Luiza Mayer Feitosa, UFPB, Brasil

COORDENADOR DO PPGCJ

Enoque Feitosa, UFPB, Brasil

VICE-COORDENADOR DO PPGCJ

Fernando Vasconcelos, UFPB, Brasil

Prim@ Facie	João Pessoa	v. 10	n. 19	p. 01 – 194	2011
--------------------	-------------	--------------	--------------	--------------------	-------------

Submissão de artigos:

Prim@ Facie

INTERNATIONAL JOURNAL WEBSITE

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index> >

EDITOR GERAL

José Ernesto Pimentel Filho

EDITOR CONSULTIVO

Sven Peterke

EDITORES DIRIGENTES

Armando Albuquerque

Claudio Pedrosa Nunes

Maria Aurea Cecato

José Ernesto Pimentel Filho

Maria Creusa Borges

GERENTE ONLINE

Samara Gomes

E-mail: primafacie@dcf.ccsa.ufpb.br

CONSELHEIROS EDITORIAIS QUE EMITIRAM PARECER (NÚMERO 19)

Giuseppe Tosi, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa-PB, Brasil

**Narbal de Marsillac Fontes, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa-PB,
Brasil**

Rômulo Rhemo Palitot Braga, Centro de Ciências Jurídicas, UFPB, João Pessoa-PB, Brasil

**Paulo Giovanni Antonino Nunes, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa-
PB, Brasil**

Enoque Feitosa, Centro de Ciências Jurídicas, UFPB, João Pessoa-PB, Brasil

Fernando Vasconcelos, Centro de Ciências Jurídicas, UFPB, João Pessoa-PB, Brasil

DOUBLE-BLIND PEER-REVIEWED

Ficha Catalográfica

Prim@ Facie - eletrônica
ISSN 1678-2593

Periodicidade: Semestral

Editada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas de João Pessoa (PB) da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/CCJ/UFPB)

Diretores: jul/02 a jun/04, Fredys Orlando Sorto; jul/04 a jun/08, Maria Áurea Baroni Cecato; jul/08 José Ernesto Pimentel Filho

Inclui Bibliografia

1. Direito em Geral - Periódicos I. João Pessoa (cidade). UFPB-PPGCJ

CDU 340 (05) - 34(05)

Os textos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores. Sumário contido na página web.

Endereço:

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

UFPB/Centro de Ciências Jurídicas, Cidade Universitária-Campus I

João Pessoa – PB – Brasil- 58059-900

Telefone: 3216-7627

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index>

Prim@ Facie. João Pessoa, PB –Brazil, 2002 – A journal founded in 2002, 2nd semester (According to university year in Brazil). Each volume contains two editions.

EDITORIAL

Retórica, Argumentação e Direito

Temos a imensa satisfação de trazer à tona a presente edição sobre as relações entre Retórica, Argumentação e Direito. Algumas das discussões aqui receberam a influência do que passou a se chamar muito recentemente de viragem retórica ou argumentativa e suas repercussões no estudo do direito contemporâneo são as mais variadas. Enquanto perdurou o desprezo pela retórica ao longo dos últimos séculos, o fenômeno jurídico se pautou pelos ditames de uma racionalidade que procurava espelhar os sucessos obtidos no campo das ciências da natureza. A ciência jurídica seria, assim, apenas mais um exemplo das conquistas epistêmicas da humanidade que, em busca do conhecimento objetivo e universal, estipula ou desvela os princípios normativos que devem reger o agir humano em sociedade, servindo estes como verdadeiros axiomas para deduções lógicas de resultados pretensamente cogentes.

A reemergência da retórica na década de 60 interrompe este sentimento comum de triunfalismo do conhecimento humano gerado preferencialmente por demonstrações apodíticas que, desde a modernidade e sua concepção restrita de razão, desconsiderava o espaço próprio da discutibilidade (*dialequesthai*) inerente à argumentação jurídica que, a partir do caráter cada vez mais multicultural das sociedades contemporâneas, engendra uma concepção não-absolutista do que seja o Direito e o impele a viabilizar normativamente a coexistência de valores nem sempre coincidentes e de diferentes concepções de vida boa, suscitando, desta forma, experiências efetivamente democráticas.

Nesta esteira, Plínio Pacheco Oliveira procura mostrar em seu artigo como a retórica não se desvincula necessariamente do conceito de verdade, mas sim do conceito de evidência e que sua trajetória ao longo da história é fundamental na

fabricação do que chamamos mundo. Já Camila Colares e João Maurício Adeodato exploram o caráter filosófico de um dos principais ensaístas brasileiros e um dos mais renomados representantes da chamada Escola de Recife, Sílvio Romero. Pedro Parini, também de uma perspectiva retórica, procura sustentar que o próprio discurso jurídico se perfaz mediante o recurso à ironia e à metáfora. Narbal de Marsillac e Roberta Gonçalves aplicam a análise retórica aos direitos individuais ou subjetivos, procurando mostrar que sua realidade depende da pressuposição da subjetividade moderna, verdadeiro *tópos* do período moderno, abrindo espaço para a compreensão do lugar próprio dos chamados direitos transindividuais ou metasubjetivos na cultura jurídica contemporânea.

Além destes, há outros tantos artigos livres como o de Robert Robinson no qual o autor procura relacionar o conceito de legitimidade e justificação com o conceito de justiça rawlsiano e seu liberalismo político, o texto conjunto de Saulo Felipe Costa, Cleitiane Medeiros Araújo e Vilma Felipe Costa de Melo em que a filosofia constitucional é abordada a partir da doutrina dos checks and balances, das suas relações com a longevidade de uma constituição e sua relação com o tipo de democracia praticada e o de Roberta Gonçalves, no qual a autora evoca teorias metaéticas para distinguir o que devemos do que desejamos.

Agradece-se aqui também a todos os colegas, pesquisadores, alunos e alunas que, de uma forma ou de outra, colaboraram com a presente publicação.

João Pessoa, Paraíba, 13 de agosto de 2012.

Narbal de Marsillac

Coordenador do Grupo de Pesquisa "Retórica, Hermenêutica e Direito",
CNPq/UFPB
